# População rural se recupera nos anos 90

JOHN CROMARTIE E CALVIN BEALE[1]

*Nos 12 meses encerrados em julho de 1995, a taxa de crescimento da população norte-americana não-metropolitana (1,1%) superou a das áreas metropolitanas (0,9%) pela primeira vez desde os anos 70. Numa época de taxas de natalidade declinantes, são as mudanças nos padrões de migração interna — de e para as áreas urbanas — que explicam esse dramático aumento da população rural.*

Como registram as manchetes recentes, boa parte da América rural e das pequenas cidades experimenta um notável crescimento populacional. Entre abril de 1990 e julho de 1995, os municípios não-metropolitanos aumentaram sua população em 2,6 milhões de residentes, ou o dobro do crescimento verificado nos anos 80. São dados provenientes das estimativas anuais de população feitas pelo Bureau of the Census. As taxas de crescimento anual se situaram em torno de 0,9% ao ano na década de 90, enquanto 0,3% era registrado na década anterior.

**Numa época de taxas de natalidade declinantes, são as mudanças nos padrões de migração interna — de e para as áreas urbanas — que explicam este dramático aumento da população rural.**

Mais recentemente, nos 12 meses encerrados em julho de 1995, a taxa de crescimento da população não-metropolitana (1,1%) superou a das áreas metropolitanas (0,9%) pela primeira vez desde os anos 70. Numa época de taxas de natalidade declinantes, são as mudanças nos padrões de migração interna — de e para as áreas urbanas — que explicam esse dramático aumento da população rural.

Para o país como um todo, o crescimento mais acentuado do emprego e o declínio mais lento da renda domiciliar mediana nas áreas não-metropolitanas ajudam a explicar os padrões populacionais pós-1990. Durante a recessão de 1990/91 foram as áreas urbanas que mais sofreram, ao contrário do verificado nas recessões da década de 80, quando a contração das atividades agrícolas, de mineração (incluindo gás e petróleo) e da indústria de transformação provocaram uma intensa migração para fora das áreas rurais.

Há ainda a considerar que a localização do crescimento recente indica que considerações não-econômicas são forças importantes, na medida em que mais e mais pessoas procuram áreas com menor densidade populacional e paisagens agradáveis. Melhorias nos transportes e nas comunicações proporcionam maior flexibilidade na localização residencial e profissional, como mostra a evidente tendência à desconcentração registrada mais notadamente no Oeste dos EUA, mas também em regiões como as montanhas Ozark, os territórios montanhosos do Texas, a parte norte do estado de Michigan e o sul dos Apalaches.

As estimativas anuais mostram não apenas um aumento mas um alargamento da população rural, atingindo áreas cada vez mais distantes dos centros urbanos e afetando municípios com atividades econômicas diversificadas. Economias baseadas em atividades recreacionais e voltadas para os aposentados cresceram mais aceleradamente, sobretudo entre as áreas montanhosas do Oeste. No seu conjunto, os municípios dependentes da agropecuária cresceram 3% entre 1990 e 1995, embora em alguns de seus distritos continuassem a ser verificadas perdas de população devidas à emigração. Muitas das regiões dependentes das atividades de mineração também tiveram sua população aumentada, depois de terem perdido 5% de seus habitantes nos anos 80.

O Oeste não-metropolitano, com áreas extremamente férteis e substancial imigração, continuou registrando um crescimento mais rápido do que o resto do país, 11,8% entre 1990 e 1995 (ou o equivalente ao crescimento verificado em toda a década de 80). Um terço do crescimento não-metropolitano se deu nessa região, apesar de que em 1990 ela contasse com apenas 14% dos habitantes não-metropolitanos.

A região central, que consiste basicamente nas Grandes Planícies e no Corn Belt, teve o menor crescimento da população rural, 2% entre 1990 e 1995 (na década de 80 essa população se reduziu em 4%). A diferença entre nascimentos e óbitos nesta região é tão baixa que esses 2% de crescimento foram quase totalmente devidos à imigração líquida. No Norte e no Sul as taxas de crescimento da população nas áreas rurais e nas pequenas cidades ficaram aquém

[1] Do ERS/USDA. Reproduzido de *Agricultural Outlook*, nov. 1996.

do crescimento populacional médio do país, mas bem acima dos índices registrados nos anos 80.

As únicas exceções sub-regionais a esse padrão abrangente de crescimento populacional mais rápido nas áreas não-metropolitanas na década de 90 comparativamente à anterior se situam na Califórnia, Havaí e Península da Flórida, onde a população se reduziu, mas ainda é alta segundo os padrões nacionais, e na Nova Inglaterra, onde o crescimento, tanto metropolitano quanto não-metropolitano, foi bastante pequeno, refletindo a estagnação econômica da região.

As mudanças populacionais, especialmente aquelas provocadas pela migração, afetam os potenciais de crescimento econômico. Os migrantes, em qualquer época, não são uma amostra da população, são em geral mais jovens, mais educados e tendem a ter qualificações profissionais ou empresariais bem como espírito de liderança.

Portanto a migração determina em boa medida o crescimento futuro da população e do capital humano a que uma dada região poderá recorrer — em escala maior do que a que é sugerida pelos números. As áreas de crescimento enfrentam problemas fiscais e sociais relacionados ao rápido crescimento, enquanto as áreas que perdem população perdem os "melhores e mais brilhantes".

## Componentes do crescimento populacional

Durante o período 1990-95, 60% do crescimento não-metropolitano (1,6 milhão de pessoas) decorreu da migração líquida (imigrantes menos emigrantes), superando assim 1,4 milhão de habitantes perdidos pela migração líquida ao longo dos anos 80. Os 40% restantes são decorrentes do crescimento vegetativo (nascimentos menos óbitos). Já no que se refere ao crescimento metropolitano, 75% é decorrência do crescimento vegetativo e 25% da migração líquida. Ganhos na migração líquida registrada nas áreas metropolitanas resultaram do ingresso de estrangeiros e compensaram as perdas de população devidas à emigração para áreas não-metropolitanas. As disparidades do crescimento da população rural resultaram, principalmente, de diferenças na migração líquida.

O crescimento vegetativo também revela alguns padrões regionais bastante significativos. As maiores taxas de crescimento vegetativo são encontradas no Oeste, refletindo uma população mais jovem e a presença de grupos como mórmons, hispânicos e americanos nativos (índios) que tradicionalmente registram taxas de fertilidade mais alta. Em contraste, há um número crescente de municípios não-metropolitanos, especialmente nas Grandes Planícies e no Corn Belt, que apresentam decréscimo vegetativo de suas populações (243 municípios na década de 80 e 594, nos anos 90).

Existem ainda cerca de 100 municípios dependentes, no presente ou no passado recente, de atividades agrícolas em que o decréscimo vegetativo é a principal razão da redução populacional, anulando os efeitos positivos de uma discreta tendência à imigração líquida. Esse decréscimo vegetativo decorre em parte de taxas de natalidade declinantes (na média, as mulheres rurais estão tendo menos filhos) e do envelhecimento da população (menos mulheres em idade fértil). Apenas em algumas áreas, como a Flórida, o declínio vegetativo da população é causado por um influxo de aposentados que elevam a idade média.

As estimativas populacionais do Bureau of the Census registram apenas a migração líquida e não seu desdobramento em emigração e imigração. Estas podem ser obtidas através de informações do Internal Revenue Service (Secretaria da Receita Federal) que abrangem cerca de 80 a 85% de todas as migrações e revelam que a migração líquida representa apenas parte do rearranjo populacional verificado nas áreas rurais. Fluxos populacionais de e para áreas metropolitanas, bem como movimentos entre áreas não-metropolitanas, sustentam o processo de redistribuição populacional em curso.

Nos anos de 1988 e 1989, quando a migração líquida se encontrava próxima de zero, as taxas de emigração e imigração brutas eram, ambas, superiores a 6%. A mais recente taxa anual de migração líquida,

**Definições**

Áreas metropolitanas são aquelas que abrangem um município central com uma cidade de pelo menos 50 mil habitantes ou uma área urbanizada com 50 mil habitantes e uma população total de pelo menos 100 mil habitantes. Os municípios contíguos podem ser considerados áreas metropolitanas se estiverem economicamente integrados com seu(s) município(s) central(ais) e se enquadrarem nos critérios populacionais. Neste artigo, os termos metropolitano e urbano são usados em relação às áreas metropolitanas definidas acima.

Áreas não-metropolitanas são os municípios fora dos limites das áreas metropolitanas. No artigo são também denominadas áreas rurais.

Áreas não-metropolitanas adjacentes são as que se localizam fisicamente próximas a uma ou mais áreas metropolitanas e que têm pelo menos 2% de sua população deslocando-se de forma regular para as áreas metropolitanas, seja para trabalhar ou exercer outras atividades.

**Regiões**

Norte: Connecticut, Delaware, District de Colúmbia, Indiana, Maine, Maryland, Michigan, Massachusetts, New Hampshire, Nova Jérsei, Nova York, Ohio, Pensilvânia, Rhode Island, Vermont e Wisconsin.

Central: Illinois, Iowa, Kansas, Minessota, Missouri, Nebraska, North Dakota, Oklahoma e South Dakota.

Sul: Alabama, Arkansas, Flórida, Georgia, Kentucky, Louisiana, Mississippi, North Carolina, South Carolina, Tennessee, Texas, Virginia e West Virginia.

Oeste: Alaska, Arizona, Califórnia, Colorado, Havaí, Idaho, Montana, Nevada, Novo México, Oregon, Utah, Washington e Wyoming.

de 0,6%, resulta da diferença entre uma taxa de imigração de 6,6% e uma taxa de emigração de 6%.

De 1988/89 até 1993/94, a imigração anual não-metropolitana aumentou 7,1% (de 2,55 milhões de pessoas para 2,73 milhões) e a emigração diminuiu 2,3% (de 2,54 milhões para 2,48 milhões). O resultado de uma conjuntura em que mais pessoas chegaram, em relação aos residentes que saíram, provocou um aumento de 17 vezes na população não-metropolitana, e pode-se dizer que a migração líquida aumentou de 15 mil pessoas em 1988/89 para 254 mil em 1993/94.

Enquanto que nos seis anos considerados nesta análise, o crescimento populacional das áreas próximas às áreas metropolitanas aumentou em termos de migração líquida, esse aumento não atingiu as proporções dramáticas registradas nas áreas não-metropolitanas mais distantes, indicando um alargamento da localização populacional. Depois de perder contingente no fim dos anos 80, os municípios não adjacentes às áreas não-metropolitanas aumentaram em 96 mil habitantes nos anos de 1993 e 1994, captando cerca de 1/3 da migração líquida das áreas não-metropolitanas e igualando a migração das áreas adjacentes.

Apesar da atenção dada ao movimento dos habitantes urbanos da Califórnia em direção às áreas rurais, é surpreendente constatar que a permanência no local de residência tenha sido o principal fator a explicar o surto de crescimento das áreas não-metropolitanas do Oeste dos EUA. Entre 1988/89 e 1993/94, a imigração para essas áreas aumentou apenas 2%, enquanto a emigração das mesmas áreas se reduziu em 11%.

Há interessantes padrões migracionais entre áreas com recursos econômicos semelhantes. De modo geral, nos municípios agrícolas o principal fator que explica a passagem de taxas negativas para taxas positivas de migração líquida é a imigração, isto é, a chegada de novos habitantes, mais do que a permanência de populações já localizadas aí. Isto reflete uma melhoria global da agricultura comercial mas é também uma sinalização do fato de que esses municípios estão atraindo novos tipos de atividade.

Outros grupos de municípios, classificados segundo atividade predominante, a mostrar altas taxas de imigração (superiores a 9% ao ano) são aqueles onde predominam os aposentados e os que têm terras federais. Contudo, esse último conjunto também apresenta as taxas mais elevadas de emigração, o que parece confirmar a alta instabilidade e rotatividade populacional associadas às economias em rápido crescimento e que têm como principal atrativo as atividades de turismo e lazer. Ainda assim, a emigração nestas áreas, durante o período 1993/94, foi 9% inferior à registrada seis anos antes, triplicando a migração líquida para essas regiões fartas em amenidades e condições ambientais favoráveis.

## A migração para áreas amenas deve continuar

Se os atuais padrões migracionais persistirem, os anos 90 podem se tornar a década do maior crescimento populacional em áreas não-metropolitanas. Um dos fatores que poderiam sustar essa tendência é que aparentemente as taxas de crescimento do emprego rural parecem ter estagnado em 1995 e que padrões de migrações ligadas à busca de emprego podem ser menos favoráveis se continuar, nas áreas urbanas, a recuperação da recessão do início dos anos 90.

Entretanto, as mudanças registradas nos padrões de migração relacionados ao emprego têm sido superadas por tendências de mais longo prazo, especialmente o desejo de fugir do ambiente urbano, a redução dos entraves locacionais para as atividades industriais ou de serviços, condições relativamente atraentes para a aquisição de imóveis nas áreas não-metropolitanas e um aumento constante nas aposentadorias precoces e na busca de lazer e turismo. Estas tendências tendem a se fortalecer nos próximos anos, aumentando a migração e retendo a população já localizada em áreas não-metropolitanas, especialmente no que se refere àquelas dedicadas ao lazer.

TRADUÇÃO DE MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

## Migrações urbano-rurais: uma nova tendência?

É comum se associar modernidade com urbanização e tecnologia, portanto, com declínio das atividades agrícolas e da população rural. A redução da população ocupada no setor primário foi uma das tendências mais fortes nos últimos 100 anos. Parece que o crescimento da população urbana é uma fatalidade que leva ao aumento das grandes metrópoles, com todos os seus encantos e problemas, pois nelas estaria o dinamismo. Os números registrados nos EUA nesta década mostram que alguma coisa está mudando. O artigo reproduzido a seguir dá conta de um expressivo aumento na população rural dos EUA e mostra que nem sempre as atividades agrícolas são as que explicam esse êxodo urbano-rural.

Os primeiros resultados da Contagem Populacional levada a efeito pelo IBGE em 1996 mostram que o maior crescimento populacional ocorreu, no geral, fora das capitais. É verdade que no caso brasileiro parece haver, por parte da população, uma fuga dos altos preços da moradia e uma retração para cidades-dormitório situadas na periferia dos centros urbanos. Mas há indícios de outras mudanças em curso. De um lado, a intensificação do Movimento Sem-Terra chama a atenção para o esgotamento das oportunidades de sobrevivência oferecidas pelas atividades urbanas. Por outro lado, o turismo nos hotéis-fazenda, para os mais abastados, e os pesque-pague, mais populares, parecem mostrar que novas alternativas surgem para atividades a serem desenvolvidas no meio rural.

É tempo de refletir.

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO